

ENTREVISTA COM ELIANE CAVALLEIRO*

Luciana de Oliveira Dias **1**

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília - **1**
UnB. Pós-Doutora em Direitos Humanos e Interculturalidades pela UnB.
Professora da UFG - Universidade Federal de Goiás. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9317426815646934>. ORCID: orcid.org/0000-0002-2570-8078.
E-mail: lucianadias@ufg.br

*Eliane dos Santos Cavalleiro é doutora em Educação pela Universidade de São Paulo – USP. Professora visitante na Stanford University, no Center for Latin American Studies – San Francisco – EUA. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0800927559208980>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9798-2236>
E-mail: elicavalleiro@gmail.com

O ativismo tornou possível a reconstrução de uma Eliane “potência” que havia se perdido no cotidiano escolar... A militância me inspirou e me impulsionou.

Fale um pouco sobre sua biografia em conexão com as relações raciais. Quando toda essa luta e envolvimento começam?

Infelizmente não venho de uma família que discutisse racismo ou que pensasse na necessidade de fortalecer a minha identidade racial. Ser negra e experienciar racismo e discriminações ao longo do meu desenvolvimento foi algo vivido solitariamente durante minha infância e adolescência. Eu comecei a militar bem tarde, por volta dos meus 26 anos. Porém, antes eu já havia percebido e enfrentado o racismo e seus derivados em várias situações da minha vida. Lembro-me que na quarta série minha professora nomeou uma outra aluna, uma amiga de sala de aula, pele morena e cabelos lisos, para organizar um grupo de dança para a apresentação do dia das mães. Eu prontamente me apresentei a ela para integrar o grupo, mas ela não me aceitou para ser parte do grupo. Foi algo muito doido. Ela era minha amiga, brincávamos juntas todos os dias. Sofri silenciosamente por uns dias.

Um dia na sala de aula, desgostosa e inconformada com a recusa dela, eu lhe enviei um bilhete, numa folha de caderno, no qual de um lado constava a pergunta: “você me deixa fazer parte do grupo de dança?” e na sequência as alternativas “sim” e “não” para ela assinalar um X. Ela botou o X no “não”. No final do bilhete coloquei uma seta para ela virar a folha do bilhete. E do outro lado eu escrevi: “É porque eu sou preta, né?”. E também as alternativas “sim” e “não” para ela colocar um X. Da minha carteira eu assistia a tudo. Ela, meio que assustada com o que lera, olhou para mim, voltou à primeira questão do bilhete. Apagou o X no “não” e colocou um outro no “sim”. Foi meu primeiro enfrentamento e minha primeira vitória, mas a dor ficou na alma. O sentimento, o lugar de não ser desejada no grupo se instalou em mim.

Mas coisas boas também aconteceram. Já adulta, por volta dos 20 anos, uma vizinha, também negra, tornou-se estudante da PUC-SP, no curso de Sociologia, e me levou para conhecer seus amigos. Alguns eram negros e falavam sobre desigualdades e apresentavam uma identidade racial positiva. Falavam de cultura negra e ao mesmo tempo mostravam-se combativos, como que colocando no o lugar da resistência. Tal situação fortaleceu em mim o desejo de ingressar no ensino superior. Fui fazer cursinho e passei no vestibular para letras, tornando-me a primeira da família a ingressar no ensino superior.

Um outro acontecimento reforçou o lugar do negro na minha experiência. Eu trabalhava no Círculo Militar, em São Paulo, como operadora de computador. Durante um processo desenvolvido pelo RH, eu e minha parceira de trabalho fomos convidadas a participar de uma avaliação de performance. Lembro-me que nós passamos por um teste psicotécnico. O resultado do teste causou muito espanto, tanto dos profissionais da empresa que aplicaram o teste, quanto dos meus superiores, quando constataram que eu obtive desempenho superior à minha companhia de trabalho que era descendente de japoneses. Era tão perceptível a surpresa no rosto deles. Havia algo como uma pergunta implícita: “Como assim? Como você conseguiu isso?”. Havia uma expressão de surpresa na cara de todos. Eu percebi, mas nada falei. E acho que não comentei sobre o ocorrido com ninguém. Mas guardei em mim o sentimento que era um misto de satisfação pelo resultado, mas também de indignação pelo espanto de todos.

Mas é na fase adulta, em 1994, casada e mãe de 2 meninos, já formada que eu comecei a frequentar o Núcleo de Estudos sobre o Negro Brasileiro - NEINB/USP, passando a ler e a discutir sistematicamente sobre racismo e seus derivados no Brasil. Eu já havia concluído minha graduação em Letras, além da complementação pedagógica e estava cursando especialização em Educação do pré-escolar. O interessante é que eu somente cheguei no NEINB porque uma professora do curso de especialização, a psicóloga Rosalice Lopes, me convenceu de que eu deveria fazer parte de tal grupo. Ela entendeu que eu deveria explorar mais sobre o desenvolvimento da criança. Foi uma situação bastante interessante porque eu não me sentia capaz de integrar um grupo de estudos na USP. Mas a Rosalice insistiu tanto que eu me senti como que

“obrigada” a ir a pelo menos uma reunião do grupo. E assim minha vida mudou. Já no segundo semestre de 1995 o meu projeto de pesquisa foi selecionado para o mestrado e ingressei na pós-graduação da FE/USP.

Quais os momentos mais marcantes que colaboraram, de maneira mais efetiva, com a trajetória de vida tomada?

Posso afirmar que o que eu estava vivendo não estava programado em mim. Não foi algo pensado e conduzido pela vivência familiar. Foi o meu convívio com os integrantes do NEINB que fez com que eu ganhasse força para me identificar tanto com a pesquisa, quanto com o ativismo e a militância negra. Eu fui a primeira pessoa de minha família, embora seja a terceira filha, a concluir o ensino médio, uma graduação, especialização, mestrado e doutorado! O ambiente acadêmico era um mundo desconhecido. Fazer pesquisa era algo totalmente impensado no histórico da minha família. Confesso que em muitos momentos achei que não fosse capaz de concluir e/ou desenvolver um bom trabalho.

Integrar o NEINB/USP, receber o incentivo de Ronilda Ribeiro, Conceição Aparecida de Jesus (in memoriam), Hélio Santos, entre outras várias pessoas que também se tornaram pesquisadores acadêmicos nesse processo de formação, como Andréia Lisboa de Sousa, Denise Botelho, Fatima França, Juarez Xavier, Sumaia Batista, Eneida Reis foi fundamental para eu perseguir, insistir e sobreviver ao mundo acadêmico.

Para além dessas experiências, minha atuação em ONGs de mulheres negras fortaleceu em mim a luta antirracista. Eu trabalhei com Sueli Carneiro, Nilza Iraci, Sonia Nascimento. Com Geledés - Instituto da Mulher Negra eu participei de vários eventos internacionais, discutindo e protagonizando a luta antirracista e o feminismo negro. Essa experiência mudou minha trajetória de vida, assim como mudou a educação que dava aos meus filhos. Falar sobre as situações de desigualdades era algo que me fazia sentir mais viva e dava significado à minha existência, bem como ao futuro dos meus filhos.

Minha trajetória de vida é muito mais a somatória de acontecimentos fortuitos do que um planejamento para a projeção acadêmica. O fazer pesquisa, a vida acadêmica é algo bem distante do meu processo de socialização familiar e de educação formal. Eu não cresci tendo diante dos meus olhos e do cotidiano outras mulheres negras acadêmicas. Eu descobri o que é ser pesquisadora e como fazer pesquisa quando eu já estava na pós-graduação. Foi um aprender no processo de construção da minha pesquisa.

Eu percebo que os momentos marcantes correspondem aos momentos de encontros com pessoas ativistas sociais. Com pessoas antirracistas que colaboraram para que eu pudesse rever meu “eu” no mundo e conseguir perceber como o racismo estava presente em minha vida em geral, especialmente na minha vida educacional, e a partir dessa releitura foi possível perceber e desejar o espaço acadêmico como uma possibilidade para mim.

O ativismo tornou possível a reconstrução de uma Eliane “potência” que havia se perdido no cotidiano escolar... A militância me inspirou e me impulsionou. Refletir sobre essa transformação é perceber o quanto que o racismo consome muito de nossa energia, porque o lugar originário do “não tenho competência, a academia não é lugar para pessoas negras como eu, sobretudo para uma mulher negra como eu”, sempre insistia a retornar e fazer morada em meu corpo emocional.

Tais sentimentos eram tão conflitantes que quase me paralisavam e não me deixavam ver qualidade e importância no meu trabalho. Tanto que o momento de qualificação do mestrado foi para mim um momento de surpresa porque a banca examinadora admirou os achados da pesquisa, bem como a escrita do relatório. Ai que eu fui me dando conta de que o trabalho que eu estava realizando poderia ter valor para a sociedade, para as parceiras e parceiros de militância antirracista.

Foi assim, portanto, ouvindo das pessoas, que pude perceber a importância do meu trabalho. Não me faltava inteligência para construir conhecimento e desenvolver o rigor acadêmico para a realização de uma pesquisa em nível de mestrado. Mas certamente me faltou maturidade emocional para me sentir perfeitamente capaz para tal intento. O lugar do

“não-conhecimento”, o sentimento de “não ser de dentro” da academia, e mais ainda de pesquisar um tema que não provocava interesse na maioria dos meus pares da pós-graduação é que geravam em mim um sentimento de incompetência e de não aptidão para a realização da pesquisa.

Destaque as experiências de ativismo, profissionais e de vida que você considera relevantes para a conformação de seu pensamento acerca das relações raciais, do fascismo e do neoliberalismo contemporâneos.

Como eu já disse, eu integrei o Geledés - Instituto da Mulher Negra. Conviver com ativistas e pensadoras políticas como Sueli Carneiro, Sonia Santos, Nilza Iraci, entre outras me possibilitou atuar em comunidades periféricas no Brasil, Guatemala e Equador, além de ter podido participar da III Conferência de Durban, em 2001. São ações políticas que me deram consciência sobre a problemática racial e de gênero em nível internacional. Também ter sido coordenadora executiva da REPEM - Rede de educação popular entre mulheres da América latina me ofertou diversas oportunidades para fortalecer meu conhecimento sobre educação e a interseccionalidade de gênero. Lembro-me das dificuldades enfrentadas para inclusão da temática racial nos documentos da V CONFITEA - Conferência sobre Educação de Pessoas Adultas, que ocorreu em Bangoque, Tailândia/2003, da qual participei.

Também ter atuado no Ministério da Educação como coordenadora de Diversidade e Inclusão Educacional, na antiga SECAD/MEC, contribui para que eu conhecesse a realidade das escolas brasileiras e assim pudesse incidir sobre a implementação da Lei 10.639/03, além de atuar para o fortalecimento e ampliação dos Núcleos de Estudos Afro Brasileiros - NEABs. Certamente, a realidade que vivemos hoje no Brasil é bastante delicada no tocante ao desmonte criminoso dos direitos humanos. Mas saber que as ações que foram realizadas no passado alcançaram e modificaram vidas, fortalecendo a compreensão sobre racismo sistêmico e identidade racial me faz acreditar que a resistência organizada envolve um número maior de pessoas fortalecidas em suas identidades e conhecedoras dos seus direitos, lutando para eliminar a tradição racista. E é uma boa sensação ter sido parte dessa construção.

Hoje, como você está percebendo o país (ou o continente americano); as políticas de ações afirmativas; a educação pública, as crises políticas?

Em alguns momentos me abato pensando que a nossa situação política é péssima. Mas sei que tudo o que foi construído e os avanços conquistados criaram lastro político e que experiências individuais foram desenvolvidas. Então me apego às percepções positivas. A atuação do movimento negro, sobretudo do movimento de mulheres negras têm mostrado dia após dia o quanto temos sagacidade para resistir e enfrentar os racismos, além de propormos políticas e práticas inovadoras e transformadoras das desigualdades raciais. As mulheres negras têm, grandiosamente, questionado as estruturas de poder, e vão sistematicamente adentrando em espaços políticos importantes para pensar a política nacional.

Penso que a maturidade me levou a entender que talvez não seja possível no presente, e nem num futuro próximo, eliminarmos o racismo presente em nossa sociedade. Contudo, o mais importante está sendo feito: o movimento negro ao inflacionar o debate sobre a temática racial na sociedade brasileira está educando e conscientizando uma juventude aguerrida que superou o senso comum sobre racismo cordial e não aceita a falsa ideia de inferioridade racial dos negros.

Assim, acompanhando a atuação dos jovens nós vemos beleza, altivez, inteligência e consciência. Podemos perceber uma explosão de talentos e capacidades que estão sendo forjadas nas ações de resistência. Eles constroem novas narrativas e dão visibilidade às suas vozes, utilizando diferentes meios midiáticos e artísticos. Sem dúvida alguma precisamos de

mudanças institucionais. E essa nova geração está provando a cada dia que são capazes de impulsionar mudanças e de assumir postos de liderança institucional em nível nacional.

Como está, hoje, sua atuação no campo de estudos de relações raciais?

Tanto o ativismo social quanto a produção de conhecimento são elementos que me constituem e que me mobilizam no dia a dia. Mas é fato que eu me dei o direito de desfrutar de um longo período sabático. Mudei de país e fui viver outras experiências de ser mulher negra no mundo. Mesmo nesse período segui com o meu interesse sobre educação de crianças pequenas.

Nos últimos anos tenho atuado na Stanford University como pesquisadora associada do CLAS - Center for Latin American Studies, no qual eu ministro um curso sobre relações raciais e de gênero na América Latina. Atualmente, eu estou utilizando toda a experiência acumulada para construir algo mais prático de formação de educação antirracista e de treinamento de profissionais de diversas áreas para a valorização da diversidade nos ambientes sociais.

Recebido em 6 de outubro de 2020.

Aceito em 15 de outubro de 2020.